

LEI Nº 18 de 07 de julho de 1.989.

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA".

WILSON DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Vargem Grande Paulista, Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este Estatuto estabelece as normas especiais e disciplinares, deveres, direitos e vantagens específicas do Magistério da Rede Municipal de Educação.

Art. 2º - Para os efeitos deste Estatuto integram a Rede Municipal de Educação.

I - a Diretoria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, com todos os seus elementos materiais e humanos que desenvolvem atividades precípuas a normalização e execução do ensino;

II - o Corpo Docente;

III - os especialistas em Educação e o pessoal técnico pedagógico;

IV - os Diretores das Escolas;

Art. 3º - Para os efeitos deste Estatuto, são atividades em Magistério as atribuições do professor e as especialidades de educação, que ministram, planejam, orientam, dirigem e supervisionam o ensino.

Art. 4º - Para efeito deste Estatuto consideram-se:

I - CARGO PÚBLICO o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a ocupantes de cargo em Comissão;

II - EMPREGO PÚBLICO o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a investidos no quadro do serviço público permanente.

Art. 5º - O exercício do Magistério exige não só conhecimento profundos e competência especial, adquiridas e mantidas através de estudo continuado, mas também responsabilidades especiais de ordem pessoal e coletiva para com a educação e o bem-estar dos alunos e da comunidade.

CAPÍTULO II - Dos Princípios Básicos da REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VARGEM GRANDE PAULISTA

Art. 6º - São princípios básicos da rede municipal de educação:

I - educar, objetivando proporcionar ao aluno a formação e informação necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades, como elementos de auto - realização, iniciação ao trabalho, prosseguimento dos estudos e preparação para o exercício da cidadania;

II - integrar os estabelecimentos de ensino na comunidade, procurando manter um clima de cooperação permanente através da Associação de Pais e Professores - A.P.P. ou das suas congêneres.

CAPÍTULO III - Dos Empregos e Cargos no Magistério Municipal.

Art. 7º - O Magistério Público Municipal terá empregos e cargos docentes, que assim se distinguem:

I - EMPREGOS PÚBLICOS:

a)- Professor.

II - CARGOS PÚBLICOS:

- a)- Diretor de Escola;
- b)- Supervisor Educacional;
- c)- Orientador Educacional e,
- d)- Supervisor Pré-Escolar.

§ 1º - Para efeito desta Lei, conceitua-se:

- a)- Empregos Públicos, a investidura no quadro funcional da Prefeitura, unicamente através de concurso público;
- b)- Cargo Público, a integração no quadro funcional da Prefeitura, unicamente sob regime de livre nomeação e exoneração.

§ 2º - Os cargos públicos constantes do inciso II, do artigo 7º, desta Lei, serão ocupados exclusivamente por servidor ocupante de emprego docente público, obedecidos os requisitos do anexo I.

§ 3º - O número de vagas para cada cargo e empregos ora estabelecidos, será determinado por lei própria, quando da adoção do regime único do trabalho exigido pela atual Constituição Federal.

Art. 8º - Os ocupantes do cargo de docentes de supervisão e orientação educacional atuarão nas respectivas especialidades, no ensino de 1º grau e na educação pré-escolar.

Art. 9º - Os ocupantes de cargos docentes de Diretor de Escola atuarão na direção dos estabelecimentos de ensino municipais de primeiro grau, ou de ensino especial.

Art. 10 - Os ocupantes de cargos docentes de Supervisor Pré-Escolar atuarão na

supervisão dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

Art. 11 - Os ocupantes de empregos docentes atuarão como professores de classe especiais, educação pré-escolar, e de primeira a quarta série de 1º grau.

CAPÍTULO IV - Do Preenchimento dos Empregos e cargos Docentes.

Art. 12 - O preenchimento dos empregos docentes far-se-á mediante concurso público, avaliando-se a capacitação do candidato, na forma da legislação municipal.

Art. 13 - Os cargos docentes serão preenchidos pelo Prefeito Municipal Mediante proposta da Diretoria de Educação, Esportes, Cultura e Turismo, sendo esta investidura de livre nomeação e exoneração, sempre consultada a referida Diretoria.

§ Único - Os ocupantes de emprego docentes poderão ser indicados e exercer cargos docentes retornando a seu emprego original, se exonerados daquele, exceto quando por justa causa devidamente comprovada em processo administrativo, voltado a ter os vencimentos respectivos do emprego.

Art. 14 - Para o preenchimento dos empregos e cargos docentes, serão sempre exigidos os requisitos estabelecidos no Anexo I a esta Lei.

CAPÍTULO V - Da Jornada de Trabalho e da Remuneração.

Art. 15 - A jornada de trabalho dos ocupantes de emprego e cargos docentes será fixada pelo Executivo, levando em conta cada área de atuação e de ensino.

§ Único - A jornada de trabalho dos ocupantes de cargos docentes, nunca poderá ser inferior a menor jornada estabelecida para os ocupantes de emprego docentes.

Art. 16 - A remuneração para os empregos e cargos docentes será estabelecida na Lei que fixa os vencimentos dos demais **servidores** públicos que integram o quadro geral da Prefeitura Municipal.

Art. 17 - Os ocupantes de empregos e cargos docentes terão reajuste de seus vencimentos, sempre na mesma época que dos demais **servidores** e em índice nunca inferior ao concedido a aqueles, levando em conta, para esse fim, em caso de reajuste diferenciando entre níveis, o índice equivalente aos de seu cargo ou emprego, ou, não existindo, o mais próximo a maior.

CAPÍTULO VI - Dos Deveres e dos Direitos

SEÇÃO I - DOS DEVERES:

Art. 18 - São deveres do membro do Magistério além dos estabelecimentos em legislação específica para os funcionários e **servidores** públicos;

I - respeitar a Lei;

II - preservar os princípios e ideais da educação;

III - desempenhar as atribuições, funções e cargos específicos do Magistério, com eficiência, zelo e presteza;

IV - empenhar-se pela educação integral do aluno incumbindo-lhe o espírito de solidariedade humana, de justiça e de cooperação, o respeito as autoridades constituídas e o amor a Pátria;

V - comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade;

VI - cumprir as ordens superiores, representando quando ilegais;

VII - comunicando ao chefe imediato todas as irregularidades que tiver conhecimento no local de trabalho;

VIII - manter com os colegas espírito de cooperação e solidariedade;

IX - guardar sigilo profissional;

X - respeitar a integridade social, moral e humana do aluno.

SEÇÃO II - DOS DIREITOS:

Art. 19 - Além dos previstos em normas aplicáveis aos demais **servidores** municipais, são direitos dos Membros do Magistério:

I - ter ao alcance informações educacionais, bibliográficas, material didático e outros instrumentos, bem como contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento;

II - opinar sobre as deliberações que afetam a vida e as funções da unidade escolar e o desenvolvimento eficiente do processo educacional;

III - dispor de condições de trabalho que permitem dedicação plena as suas tarefas profissionais e propiciem a eficiência e a eficácia do ensino;

IV - ter assegurada igualdade de tratamento técnico pedagógico;

V - gozar férias de acordo com o calendário escolar;

CAPÍTULO VII - Da Remoção e Lotação.

Art. 20 - Obedecida rigorosamente a ordem de classificação no concurso público, o empregado docente fará a escolha da unidade escolar que pretende ser lotada, observadas as vagas para a respectiva classe a que foi aprovada.

Art. 21 - A forma de remoção de pessoal investido de emprego docente serão:

I - "ex-ofício";

II - voluntariamente.

Art. 22 - A remoção "ex-officio", dar-se-á no interesse do ensino, a critério da Diretoria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.

Art. 23 - A remoção voluntária dar-se-á por permuta ou por pedido do interessado, existindo vaga e a critério da Diretoria de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

§ Único - A remoção por permuta, condicionada sempre ao interesse da Administração, poderá ocorrer quando dois membros do Magistério, no exercício de atividades idênticas, requeiram a mudança das respectivas lotações, desde que no período de férias escolares.

Art. 24 - Os ocupantes de cargos docentes, com relação a remoção, obedecerão as mesmas normas estatuídas para os ocupantes de empregos docente.

CAPÍTULO VIII - Do Afastamento.

Art. 25 - O afastamento do ocupante de emprego ou cargo docente, poderá ocorrer, além de outras hipóteses prevista nesta lei e no **Estatuto** dos Funcionários Públicos do Município e legislação correlata, nos seguintes casos:

I - para seu aperfeiçoamento e especialização;

II - para comparecer a congressos e reuniões relacionadas com sua atividade;

III - para cumprir missão oficial de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos.

Art. 26 - O ocupante do emprego ou cargo docente, só poderá ausentar-se do Município, com ou sem ônus para os cofres públicos, beneficiando-se do artigo anterior com autorização do Prefeito Municipal, ouvindo o Diretor de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

CAPÍTULO IX - Do Treinamento.

Art. 27 - Fica institucionalizado, como atividade permanente da Diretoria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, o treinamento de seus **servidores**, tendo como objetivos:

I - incrementar a produtividade e criar atividades e condições para o constante aperfeiçoamento do ensino público Municipal;

II - integrar os objetivos de cada função com as finalidades da Administração como um todo;

III - atualizar conhecimentos adquiridos para melhor qualificação do pessoal docente.

Art. 28 - Os ocupantes dos empregos ou cargos docentes além das normas oriundas da Diretoria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, sujeitando-se as disposições desta Lei, ao Regime Interno do Estabelecimento e ao **Estatuto** dos Funcionários Públicos

Municipais de Vargem Grande Paulista, sem prejuízo das demais normas vigentes.

CAPÍTULO X - Disposições Transitórias.

Art. 29 - Enquanto não entrar em vigor a reforma administrativa, o quadro de cargos e salários e a instituição do regime único do trabalho exigidos pela nova Constituição Federal, aplicáveis aos **servidores** deste Município, não se aplicarão as normas contidas nos Capítulos III, IV e VII desta Lei sendo estas matérias regidas pela legislação em vigor.

Art. 30 - Enquanto não instituído neste município o ensino de primeiro e segundo graus, sob suas responsabilidades, esta Lei aplicar-se-á apenas ao ensino pré-escolar observadas as participações do artigo 29.

Art. 31 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeito do Município de Vargem Grande Paulista, aos sete dias do mês de julho de 1.989.

WILSON DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal